

# XI ECOECO

VII Congreso Iberoamericano  
Desarrollo y Ambiente

XI ENCONTRO NACIONAL DA ECOECO  
Araraquara-SP - Brasil

---

NEODESENVOLVIMENTISMO E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA AMAZÔNIA: UM ESTUDO  
A PARTIR DAS LUTAS E RESISTÊNCIAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS CONTRA O PROJETO  
HIDRELÉTRICO DE BELO MONTE

**Sérgio Roberto Moraes Corrêa**

## **Neodesenvolvimentismo e Conflitos Socioambientais na Amazônia: um estudo a partir das lutas e resistências dos movimentos sociais contra o projeto hidrelétrico de Belo Monte**

### **RESUMO**

Este texto analisa as temáticas do *Neodesenvolvimentismo* e dos *Conflitos Socioambientais* na sociedade brasileira, em particular na Amazônia, tomando como foco e base empírica as lutas e resistências do Movimento Xingu Vivo Para Sempre frente à Hidrelétrica de Belo Monte, localizada no sudoeste do Estado do Pará. Esse texto resulta da tese de doutorado realizada no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFCG. Foi possível identificar nessa pesquisa que Belo Monte é a expressão da expansão da *fronteira hidrelétrica* como dinâmica hegemônica de acumulação do capital sobre a Amazônia sob forte influência do Estado, para levar a cabo o modelo neodesenvolvimentista. Dessa dinâmica, ocorre um processo de expropriação e precarização dos modos de vida de povos e comunidades tradicionais e camponesas, além do comprometimento do equilíbrio do bioma amazônico. Isso tem resultado em resistências sociais, revelando experiências sociais emergentes de *baixo*, reconfigurando o debate do conflito social e desenvolvimento.

**Palavras-Chave:** Neodesenvolvimentismo. Amazônia. Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte. Conflitos Socioambientais. Movimento Xingu Vivo Para Sempre.

O Governo Federal, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), desde o início de 2007, vem retomando e implementando uma série de Grandes Projetos na Região Amazônica, que visam ampliar e alargar a infraestrutura do país, para prover e levar a cabo seu processo de desenvolvimento, apresentado e lançado como um projeto de crescimento econômico sustentado, incluyente e sustentável, assim como visando fortalecer sua inserção internacional, em especial quanto à sua “integração” Sul-americana, como parte do processo de globalização de mercados.

Dentre os diversos projetos em curso na Região Amazônica, sobressaem-se as obras de construção de grandes empreendimentos hidrelétricos, como a do Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte, na Bacia do Xingu, no município de Vitória do Xingu, no Estado do Pará. No que concerne ao AHE Belo Monte, sua história remonta à segunda metade da década de 70, no contexto desenvolvimentista da ditadura civil-militar, quando seu nome era Kararaô. Em 1989, no entanto, com o I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, em Altamira, como manifestação de resistência e protesto, esse projeto Kararaô foi suspenso, passando, a partir daí, por um conjunto de reformulações até chegar a sua versão atual, com o nome de Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte, o carro-chefe do PAC. Esse projeto tem sido marcado por forte polêmica e conflito, que transpõem a fronteira local e nacional, e ocupa diversas

dimensões: social, política, econômica, cultural, territorial, ambiental, jurídica e acadêmico-científica.

Conforme o discurso oficial, o país precisa aproveitar o grande potencial hidrelétrico da Amazônia para “ampliar a sua capacidade e segurança energética”, em novos moldes e parâmetros, com base em “energia limpa e renovável”, a fim de dar sequência ao processo de crescimento econômico, avançar na sua estratégia nacional de desenvolvimento e intensificar a integração econômica da América do Sul. Segundo o governo federal, investiu-se na reformulação do projeto original, buscando minimizar e diminuir o impacto socioambiental e dotar de maior viabilidade econômica e energética a obra, na tentativa de enquadrá-la nas metas estabelecidas para a redução do aquecimento global e, assim, promover mudanças na matriz energética brasileira. Para esses defensores, Belo Monte é uma oportunidade para gerar emprego e renda, progresso e desenvolvimento para a região, qualidade de vida e redução da pobreza e exclusão (EPE/MME, 2011; TOLMASQUIM, 2010).

Essa matriz discursiva oficial e dominante é, todavia, bastante criticada em face dos impactos sociais e ambientais previstos e da inviabilidade econômica e energética do AHE Belo Monte (MAGALHÃES; HERNÁNDEZ, 2009). Alguns povos e comunidades tradicionais, em particular os indígenas, vêm se manifestando no sentido de denunciar as violações de direitos e os riscos para seus territórios, suas tradições, seus modos de vida e para os recursos naturais do Xingu. Cientistas, autoridades religiosas, membros do Ministério Público Federal, ONGs, políticos, entre outros agentes, convencidos dos grandes problemas e implicações que esse empreendimento representa para o bioma amazônico, e particularmente para a bacia do Xingu e os povos e as comunidades que sobrevivem dessa vasta e complexa biodiversidade, vêm denunciando os vários problemas e se manifestando contra o empreendimento.

Em face às ameaças sociais e ambientais, diversos movimentos e organizações sociais da sociedade civil, através do *Movimento Xingu Vivo Para Sempre* (MXVPS), têm se mobilizado e se articulado para lutar e resistir à implementação e execução de Belo Monte. Nesse processo de luta e resistência, esses movimentos e organizações sociais, em especial os protagonizados pelos povos e comunidades tradicionais e camponesas, vêm procurando dar continuidade as suas lutas, numa aliança diversa e ampla com outros segmentos, para contestar o empreendimento e apontar outros caminhos de desenvolvimento alternativo para a Amazônia, inscrevendo e demarcando, assim, um território de conflito socioambiental.

A partir desse cenário, esta pesquisa colocou a seguinte questão: *em que medida as lutas e as resistências, protagonizadas pelo Movimento Xingu Vivo Para Sempre diante da implementação do Projeto/empreendimento Hidrelétrico de Belo Monte têm conseguido expressar e significar um movimento contra-hegemônico de desenvolvimento para a região e para o Brasil?*

Ao tomarmos como fio condutor de análise essa questão, entendemos como relevante recuperar e pôr em debate a política e o modelo de desenvolvimento brasileiros sob a roupagem *neodesenvolvimentista*, focalizando, em particular, o lugar reservado à região amazônica e as implicações sociais e ambientais em face desses grandes empreendimentos, como Belo Monte. Nesse sentido, ajustar essa lente de análise, a partir das lutas e das resistências protagonizadas pelos movimentos sociais, sugere visualizar essa problemática por outro ângulo e perspectiva e repor conceitos como hegemonia e contra-hegemonia no centro do estudo para identificar limites e possibilidades de alternativas construídas por esses sujeitos coletivos. As noções de hegemonia e contra-hegemonia, baseadas em Boaventura de Sousa Santos, lastream a perspectiva crítica de análise.

Como resultado, foi possível identificar que o AHEBM é a expressão, por meio do PAC, da expansão da *fronteira hidrelétrica* no movimento de territorialização da dinâmica de acumulação do capital sobre a Amazônia sob forte influência do Estado, em parceria com grandes grupos econômicos, usando de violência institucional e simbólica para levar a cabo seu modelo neodesenvolvimentista. Dessa expansão da fronteira, vem ocorrendo um processo de desterritorialização na Região, o qual se expressa na expropriação, desintegração e precarização dos modos de vida de povos e comunidades tradicionais e camponesas, violando seus direitos fundamentais e pondo sob risco sua proteção física e social, além de comprometer o equilíbrio do ecossistema e do bioma amazônico. Isso caracteriza um processo, além de capitalista, colonialista (SANTOS, 2006). Essa expansão da fronteira hidrelétrica, todavia, não vem se dando sem contradições e conflitos, sem lutas e resistências a esse modelo. Seguindo essas pistas e esses sinais de contradições e conflitos, foi possível, também, capturar, nos termos de Boaventura Santos (2006), dinâmicas não hegemônicas, a partir das resistências e das lutas do MXVPS, que se dão nesse *brasil profundo* e que ajudam a revelar outras imagens, representações e experiências da Amazônia e do Brasil.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

EMPRESA DE PESQUISA Energética (EPE). Projeto da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Fatos e dados. Ministério de Minas e Energia/ Empresa de Pesquisa Energética. Fevereiro – 2011. Disponível em: <http://www.epe.gov.br/leiloes/Documents/Leil%C3%A3o%20Belo%20Monte/Belo%20Monte%20-%20Fatos%20e%20Dados%20-%20POR.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2014.

MAGALHÃES, Sônia; HERNÁNDEZ, Francisco. **Painel de Especialistas: Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte**, 2009.

SANTOS, Boaventura. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2006.

TOLMASQUIM, Mauricio. Belo Monte não sairia do papel sem governo. Reuters/Brasil Online. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/mat/2010/07/27/tolmasquim-belo-monte-nao-sairia-do-papel-sem-governo-917252267.asp>. Acesso em: 13 mai. 2014.